

Comissão de Finanças e Tributação - CFT

Requerimento Nº _____ DE 2007.

(Do Senhor Fernando Coruja)

Solicita a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, para discutir a aplicação do artigo 46 da Lei 11.457/2007, que permite à União incluir os nomes dos contribuintes cujos débitos estejam inscritos em dívida ativa em cadastros de inadimplentes, como o SERASA e o SPC.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública nesta Comissão, em conjunto com as Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, para discutir a aplicação do artigo 46 da Lei 11.457/2007, que permite à União celebrar convênios com empresas como o SERASA, o SPC e a Equifax, para inclusão em seus cadastros dos nomes dos contribuintes inadimplentes, cujos débitos estejam inscritos em dívida ativa.

Sugerimos ao douto Colegiado a audiência com o Senhor Procurador Geral da Fazenda Nacional, com o Dr. Luis Inácio Adams; com os professores e advogados tributaristas; Dr. Alcides Jorge Costa; Dr. Antônio Carlos Rodrigues do

Amaral; Dr. Ives Gandra Martins; Dr. Kiyoshi Harada; Dr. Marco Aurélio Greco; e com o professor e deputado estadual (PSDB/SP), Dr. Fernando Capez.

JUSTIFICATIVA

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional aguarda a edição de portaria do Ministério da Fazenda para encaminhar ao SERASA, por meio de convênio já assinado, os nomes de cerca de três milhões de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, em débito com a União. Outras empresas de proteção ao crédito, como a SPC e a Equifax, também solicitaram o acesso aos dados. De acordo com informações do procurador-geral da Fazenda Nacional, Luís Inácio Adams, noticiadas pela imprensa, seriam inscritas todas as dívidas superiores a mil reais, compreendendo, portanto, débitos considerados anti-econômicos, aqueles de menor valor que não compensam os custos da execução judicial. Todos os tipos de débitos com o Governo estariam incluídos na lista: impostos não pagos; contribuições à Previdência Social; empréstimos do crédito rural que não foram pagos; multas aplicadas que não foram recolhidas. Apenas não serão incluídos devedores que tenham créditos suspensos, seja por decisão judicial, por garantia ou por parcelamento em dia.

A portaria a ser editada pelo Ministério da Fazenda tem por fundamento legal expresso o **art. 46 da Lei 11457/2007** (conversão da **Medida Provisória da SuperReceita**) o qual permite a celebração de convênios com empresas como o SERASA, SPC e Equifax, para inclusão dos nomes dos contribuintes devedores, cujos débitos estejam inscritos em dívida ativa:

*Art. 46. A Fazenda Nacional poderá celebrar **convênios** com entidades públicas e privadas para a divulgação de informações previstas nos [incisos II e III do § 3o do art. 198 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966](#) - *Código Tributário Nacional* - CTN.*

A constitucionalidade, a legalidade e o mérito da norma inscrita no art. 46 é matéria que gera consternação entre advogados, empresários e cidadãos.

Por esse artifício, a Fazenda Nacional faz uso de um meio de coerção abusiva para pressionar os contribuintes a quitar os débitos com a União. A imediata inclusão do nome do contribuinte na lista de maus pagadores cria graves constrangimentos para empresas e cidadãos, e gera embaraços à continuidade do desenvolvimento das atividades empresariais. Dessa forma, inibe o recurso à via judicial, notoriamente morosa, para elidir a cobrança de tributo, como forma de garantir a manutenção da regularidade de sua vida financeira. A iniciativa tem impacto devastador sobre a vida financeira dos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, que suportarão restrições para obtenção de créditos, financiamentos, parcelamentos. Pequenas e médias empresas suportarão ainda mais intensamente os rigores de tal iniciativa, pois não têm como manter estrutura jurídica para reagir à inclusão de seus nomes em tais serviços.

Alguns Estados brasileiros já estudam adotar a inclusão dos nomes dos devedores em cadastros de inadimplentes. Nesse rol figuram Goiás - o primeiro Estado do país a enviar os nomes de 520 nomes de devedores ao Serasa; São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraíba.

Não há informações claras sobre o tipo de regulamentação que se pretende editar. Porém, no último dia 24 de outubro, o procurador-geral da Fazenda Nacional, Luís Inácio Adams, entregou uma minuta da portaria aos parlamentares da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, e se noticia que nova reunião estaria marcada para o dia 6 de novembro.

Claro está que tal tema não pode ficar adstrito à discussão em reuniões fechadas e deve merecer exame criterioso por parte de todos os

parlamentares. A realização desta audiência pública permitirá o acesso a informações precisas, prestadas por técnicos especializados, bem como propiciará a avaliação lúcida quanto à correção, impacto e constitucionalidade da norma inscrita no art. 46 da Lei 11.475/2007.

Por todo o exposto, peço o apoio dos nobres colegas na aprovação deste requerimento e realização desta audiência com a maior brevidade possível.

Sala das Comissões, em de de 2007.

Deputado Fernando Coruja
PPS/ SC